

ESPAÇOS E VIVÊNCIAS PÚBLICAS DE LAZER EM PORTO ALEGRE: DA CONSOLIDAÇÃO DA ORDEM BURGUESA À BUSCA DA MODERNIDADE URBANA*

SÍLVIA CRISTINA FRANCO AMARAL

Professora da Escola de Educação Física – UFRGS.
Doutoranda em Estudos do Lazer – Unicamp. E-mail: Scfa@terra.com.br

RESUMO

Em tempos de apelo globalitário enfrentamos o desafio de manter vivos não somente o patrimônio arquitetônico e cultural, como também o acesso a todos à história de suas cidades. Este estudo resgatou a história dos espaços e vivências públicas de lazer em Porto Alegre de 1900-1920 e 1920-1930. Recorre a um diálogo com fontes iconográficas primárias e secundárias, sem pretender ser um estudo historiográfico stricto sensu. O período de 1900-1920 foi de consolidação da ordem burguesa, ou seja, da instauração da República, de mudanças na ordem estrutural, política, econômica e social. De 1920-1930 o período caracterizou-se como sendo de um movimento da busca da modernidade urbana. Os espaços de não-trabalho (nos quais o lazer pode se constituir uma possibilidade) tiveram fortes influências destas mudanças, marcadas pelos modelos europeus: higienistas e positivistas. Também foram períodos em que o uso dos espaços ficou distintamente designado pela condição de classe social. No último período, em 1926, é inaugurado o primeiro Jardim de Recreio, instalado na Praça Alto da Bronze e incentivado por Frederico Gaelzer.

PALAVRAS-CHAVE: Experiências públicas; lazer; memória.

* Tomamos emprestado os termos usados por Pesavento (1999) para descrever os períodos que correspondem à consolidação do liberalismo republicano (1914 – 1924) até o período em que houve a necessidade de um repensar as questões urbanas, balizadas pelo movimento impulsionador e instauração do Estado Novo (1924-1945). Entretanto, nossa análise leva em conta as décadas de 1910 e 1920.



FOTO 1: PRAÇA ALTO DA BRONZE

A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de [...] como é atualmente deveria conter todo o passado de [...] Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

Calvino, 1990, p. 14-15.

Quando Calvino fala sobre as cidades e a memória, ilustra a importância dos estudos historiográficos ou resgate de memória como a possibilidade de conservação de uma identidade local. Concordamos com o pensamento de que as cidades trazem embebida e contida toda sua história. Entretanto, em tempos do apelo globalitário, enfrentamos o desafio de manter vivos não somente o patrimônio arquitetônico e cultural, como também o acesso a todos à história das cidades.

Segundo Pesavento (1999), desde a antiga Ur, na Caldéia, as cidades não cessaram de crescer, transformar-se, acompanhando o fio da história econômica, social e política da humanidade. Contudo, um novo sentido do viver em cidades é filho do desenvolvimento do capitalismo e do advento da modernidade.

Há uma percepção de que a humanidade caminha para um mundo de urbanização acelerada no século XXI, fenômeno reconhecido a partir da II Guerra Mundial (século XX), mas esta percepção traz em si uma mudança de natureza contraditória. Em linhas gerais, esta contradição resulta da ação simultânea de duas

forças – a união e a exclusão, entendendo-se aqui a união como uma tendência comum nas grandes cidades de estabelecer laços funcionais, culturais e de interesse, às vezes até sobre barreiras de fronteiras nacionais. A exclusão descreve uma nova geografia em que de fato nem todos podem se unir, isto fica restrito somente a uma parcela que é bem instruída e que detém os direitos de acesso aos melhores postos de trabalho.

A questão urbana está sobremaneira nas pautas dos estudos sob diversas perspectivas. Muitas perguntas ainda estão sem respostas, principalmente quando se trata de pensar de que modo, em espaços físicos e econômicos restritos, é possível acomodar tamanha discrepância entre excluídos e integrados?

Segundo a estimativa da ONU, hoje 55% da humanidade vive em algum tipo de organização urbana. Desta forma, vivemos o ideário da modernidade, ou seja, vivemos o urbano, em que a cidade se converte no espaço de operações.

A sensação de morar num mundo em transformação, a atração pelo novo e sua superação pelo mais novo, o mito das idéias do progresso e da razão são todas facetas de modernidade do século XIX brotadas de uma vivência urbana e capitalista. Em termos de Brasil, o fenômeno urbanização-industrialização é o composto da modernidade que 'deu certo' e que, mal ou bem, fez o País 'acertar o passo com a história'. É no Brasil urbano que o País se visualiza e se realiza como 'moderno' (Pesavento, 1999, p.7)

É neste contexto (brasileiro), de aceleração do desenvolvimento econômico, da necessidade do rompimento do "círculo de ferro" do poder oligárquico (que não foi rompido), da transformação da população escrava em cidadãos (com a abolição da escravatura), do êxodo rural de pequenos proprietários, que foram explorados e expulsos do campo pelo poder oligárquico, culminando com a absorção destes pelo setor industrial (a maior parte) e pelos departamentos menos sofisticados do terciário urbano, que as cidades no início do século XX necessitaram repensar suas relações com o trabalho, com suas formas de ocupação dos espaços e vivências.

"Viver a cidade" significava, no início do século XX, trabalhar, circular e conviver socialmente, quando um diálogo diferenciado entre a população, o novo poder político e seu ideário e o urbano (com seus espaços públicos de trabalho e lazer) se fez premente. Todavia, buscamos entender aqui: como se conformavam os espaços públicos de lazer daquele período? Eram acessíveis a todas as camadas da população? Que influências podem ser notadas na conformação das políticas de lazer que foram institucionalizadas naquele período!?

1. O entendimento adotado ao espaço e vivências de lazer refere-se às atividades de desfrute de um tempo do não-trabalho, especificamente neste caso, daquelas atividades de socialização, divertimen-

Foi compreendendo que a construção social histórica de Porto Alegre traz consigo as transformações da urbanidade, suas nuances genéricas e particulares que pensamos na realização deste trabalho, que centra sua análise nos espaços e vivências públicas de lazer entre 1900-1920 e 1920-1930, nesta cidade.

Não temos a pretensão metodológica de caracterizar nosso estudo como sendo historiográfico *stricto sensu*, entretanto, lançamos mão do que denominamos de um diálogo com fontes iconográficas primárias e secundárias e da tradição oral, para respondermos às perguntas que nos fazíamos quando dos primeiros contatos com a temática.

Constituíram-se fontes iconográficas o Projeto de Melhoramentos e Orçamentos apresentados pelo engenheiro arquiteto João Moreira Maciel, em 1914; o jornal *A Federação*, Porto Alegre, dos anos de 1906, 1926; o artigo "A PAZ no sul para o Brasil", *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1936. As fotos foram cedidas pela família Gaelzer. As fontes de depoimentos orais foram de Eneida Feix e Lilian Gaelzer.

DE 1900 – 1920: CONSOLIDAÇÃO DA ORDEM BURGUESA

Durante o século XIX, Porto Alegre serviu como escoadouro dos produtos coloniais e exercia plenamente a função portuária e comercial. Contudo, o novo século trouxe outros e novos desafios para a capital gaúcha, assim modificações de ordem estrutural foram sendo pensadas, "já estavam lançadas as bases da configuração do espaço urbano atual e definia-se a distribuição do uso residencial do solo. Acompanhava a elevação da cidade desde a Duque de Caxias até a expansão da Independência, passando este a ser o local das elites. Comércio e indústria passaram a localizar-se na face norte da península" (Bittencourt, [1987?], p. 14).

Além das mudanças de ordem estrutural, houve modificações de cunho político, social e econômico.

No campo político, com a abolição da escravatura e proclamação da República, parecia haver um ambiente propício para a oxigenação da cultura política e de alguns setores da vida nacional. Entretanto, o que se viu foi que o advento da República implicou, de um ponto de vista meramente formal e jurídico, uma democratização do regime, mas na prática, o sistema implantado não se mostrou

to que aconteciam em locais públicos no início do século. Não procuramos nos deter na discussão da diferenciação do que era lazer e do que era recreação, embora vermos em algumas descrições que, na década de 1920, houve uma preocupação, advinda do governo municipal, de instaurar uma política pública, na qual a recreação dos jardins de praça tinham espaço privilegiado.

menos fechado e excludente que o anterior. Para usar uma expressão de Maria do Carmo Campelo de Souza, liberal-democrático na forma, oligárquico no seu funcionamento efetivo. Explicitando melhor, a constituição de 1891 estipulava o presidencialismo, o sufrágio universal, a separação dos poderes, as eleições diretas para o Legislativo e Executivo, substituía o critério de restrição à participação no processo eleitoral do nível de renda para um outro critério, que era interdição do voto do analfabeto.

No nosso entender, tal critério era mais excludente que o anterior, porque os obstáculos dos desfavorecidos que compunham a nova população urbana eram maiores no que tange à escolaridade. A população urbana pobre e da classe média provinha ou do campo ou eram ex-escravos, que não possuíam um mínimo grau de escolaridade. Os que possuíam, não passavam de analfabetos funcionais, possibilitando uma cultura do "voto a cabresto". Além deste mecanismo, é notório na história política brasileira deste período o emprego da coerção das vontades, a falsificação de atas eleitorais como formas de garantias de permanência no poder.

O fato é que, usando-se desta fórmula ou não, durante 40 anos, a partir de 1897, José Moutary, Otávio Rocha e Alberto Bins administraram a cidade. Segundo Bittencourt ([1987?]), os três atuaram numa prática de continuísmo, atendendo a interesses dos grupos político-partidários hegemônicos.

Foi nesta conformação política que se instaurou um novo desenvolvimento econômico e social. Aos poucos as indústrias foram se instalando, uma nova transação comercial por sua vez foi demandando maiores e urgentes melhoramentos nas instalações públicas, no que tange às obras de infra-estrutura. Além das necessidades advindas do surto capitalista, Porto Alegre viveu o sonho da influência das civilizadas cidades européias. Notadamente, o pensamento urbano deste período possui influência da filosofia positivista e uma forte consolidação da ordem burguesa. Assim, gradual ao crescimento da população urbana surgem os problemas com o trânsito, tanto de pedestres como de carroças, carros e bondes, os cuidados com asseios públicos, coleta de lixo e matérias fecais, iluminação, abastecimento de água, áreas de convívio social etc.

Montaury (prefeito do período), impulsionado por estas necessidades e pela pressão de uma nova assimetria social da cidade, imposta pela ordem burguesa que se consolidava, "realizou importantes obras de infra-estrutura, como o cais do porto, a abertura da Farrapos e Mauá. Em 1909, a área central passou a contar com energia elétrica e, em 1911, com uma rede de esgotos, tornando-se mais valorizada. Em 1914, foi realizado o Plano de Melhoramentos do Arquiteto José Moreira Maciel" (Bittencourt, [1987?], p.14).

As críticas feitas ao projeto de Moreira Maciel são duras e afirmam que as modificações urbanas, propostas por ele, ou já haviam sido começadas ou se tornaram grandes equívocos arquitetônicos. O fato é que as modificações foram realizadas no intuito do estabelecimento de uma nova ordem.

Mas o início do século também trouxe os conflitos da égide do capitalismo, e em 1906 a cidade parou, trazendo à tona a intensidade das diferenças existentes na comunidade.

Fica claro que naquele período a sociedade porto-alegrense apresentava uma distinção entre classes sociais. Marcadamente podemos reconhecer uma elite, que lutava para a consolidação da ordem burguesa, uma classe média, que era cooptada a garantir a hegemonia das elites e uma classe de trabalhadores e operariado, excluídos de qualquer decisão política, social ou econômica.

Bittencourt nos caracteriza bem estas distinções quando diz:

Como forma de reforçar sua estrutura burocrática, o Estado permitiu o acesso a seus quadros de membros das classes não detentoras do poder. Ao organizar sua burocracia, 'cooptava' os setores médios, criando uma ideologia do funcionalismo que lutava em favor do Estado. Na questão do imposto predial, reforçava a figura do arrecadador de impostos que era uma figura chave para o poder público. Ao mesmo tempo, era alvo de restrições da população. Representava o poder público, mas também poderia ser corrompido pela população. Por isso, recebia prêmios ou punições se fossem constatadas irregularidades ([1987?], p. 15).

O tempo do não-trabalho (quando o lazer constituía-se uma possibilidade) era composto de diferentes e variadas atividades, dependendo da classe social a que se pertencia.

As elites participavam dos chiques encontros nos hipódromos da cidade, nos dramas e nas comédias do Teatro Apollo, "nas tardes de exposição onde damas e cavalheiros compareciam para ver e ser vistos" (Pesavento, 1999, p. 75), nos clubes sociais; surgiam as primeiras confeitarias e cafés e ainda existia a "Estudantina que era composta por elementos da alta sociedade e cumpria o papel de cultivar os pendores da juventude da época" (idem, p. 65).

Às classes médias, não incluídas, e ao operariado tocavam as festas de família, o *footing* na Rua da Praia², o futebol de fábrica e da várzea.

2. Embora este fosse um espaço público, parece que o chamado *footing* na realidade poderia ser um trocadilho para o fútil. O que nos mostra a história é que esta rua servia, em realidade, naquele período, como passarela da moda. Assim, é possível concluir que tal atividade não era tão democrática e acessível a qualquer camada da população. Segundo a tradição oral, primeiro eram as caminhadas e, posteriormente, os encontros nos cafés e confeitarias.

Existia também o “outro lado”, em que a diversão ocorria em meio a focos de criminalidade e prostituição: eram os becos, cuja destruição seria posteriormente exigida pelo discurso da “higienização”(moral e espacial).

1920-1930: A BUSCA DA MODERNIDADE URBANA

Iniciada a década de 1920, as transformações ocorridas nas vivências e espaços urbanos de Porto Alegre pareciam consolidadas; por sua vez, o país atravessa um momento de profunda inviabilidade do modelo agroexportador, como fonte de acumulação capitalista. Estavam firmemente dadas as bases do pensamento filosófico positivista e as influências e necessidades de um modelo higienista, em todas as suas dimensões, ou seja, morais, sociais, políticas e físicas.

Mas foi também nesta década que o país viveu a Semana de Arte Moderna (1922), as fortes cisões políticas provindas da insatisfação das camadas populares com as elites oligárquicas dominantes; contudo, o ápice de todo este movimento se deu pelo do descontentamento de grupos militares que acabaram por derrubar a chamada República Velha, em 1930.

O estado do Rio Grande do Sul, e conseqüentemente Porto Alegre, neste período viu acentuarem-se as diferenças e uma grande defasagem em relação ao centro do país, principalmente porque a grande indústria concentrou-se mais naquela região.

Todavia, os contemporâneos gaúchos não percebiam tal fato como verdade, e com um discurso e imagem ufanistas colocavam o Rio Grande como defensor da tradição nacional e como celeiro do país.

Logo, as mudanças urbanas em Porto Alegre buscaram acompanhar o resto do país. A grande questão era como equiparar Porto Alegre aos outros grandes centros urbanos brasileiros. Mas o esforço foi realizado neste sentido; Pesavento (1999, p.99) afirma: “a idéia da modernidade implicava uma reformulação dos territórios em termos de abertura da cidade à franca circulação e articulação das suas partes; na verticalização da área central e na busca de uma uniformidade da paisagem, com a paulatina eliminação de espaços do ponto de vista da sua estrutura física e das socialidades aí desempenhadas”.

Entretanto, por toda a conformação social e política da época, fica claro que estes espaços, num primeiro momento, atendiam a uma classe social elitizada, ou a quem estes concedessem seu espaço. Já vimos que isto ocorreu por meio das alianças com a classe média.

Fontes apontam que a recreação pública em Porto Alegre começou a partir do interesse e ação de Frederico Guilherme Gaelzer, impulsionando assim o de-

envolvimento gradual e contínuo da relação dialógica que o lazer e a recreação tiveram e tem com a cidade até os dias de hoje.

Foi um período de ouro do café, sendo este um relevante tema de articulações para os artistas, políticos e intelectuais daquele período.

Em relação ao espaço do não-trabalho, algumas relações conflituosas advindas do contexto brasileiro repercutiram nas relações locais. Acompanhando a remodelação do espaço urbano, houve uma forte repressão às manifestações religiosas das populações negras, e, na busca de uma brasilianidade, desenvolveram-se grandes paradas militares e da mocidade.

A preocupação direta e explicitada com políticas públicas que atendessem ao espaço do não-trabalho aparece pela primeira vez durante esta década. Este interesse formal mostrou-se concretizado na destinação de um espaço público (no caso de uma praça central), pelo governo municipal, destinado a incorporar um projeto pioneiro na América Latina – “os jardins de praça”.

Por “jardins de praça” entendia-se um espaço público onde uma pedagogia centrada na recreação, na educação dos jovens por meio das atividades esportivas, pudesse ser atendida.

Esta ação torna Porto Alegre cenário de pioneirismo na América Latina, na organização de propostas públicas na área da recreação.

Feix³ afirma: “Porto Alegre tem uma tradição como pioneira na Améri-

3. Eneida Feix trabalha desde 1993 até hoje na Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação da cidade de Porto Alegre e foi uma das entrevistadas, já que possui uma extensa e dinâmica relação com esta área, principalmente relacionada a Porto Alegre. A professora Eneida possuiu, além da ligação com a atual SME, uma ligação pessoal significativa com a família Gaelzer, representada na relação com a professora Lenea Gaelzer, filha de Frederico Gaelzer. Esta professora também deu uma contribuição muito importante para o desenvolvimento do lazer e recreação no cenário urbano e acadêmico.



FOTO 2 :
FREDERICO
GUILHERME
GAELZER

ca Latina, na recreação pública e isso a faz diferente das outras cidades desse País (Brasil). Com o professor Frederico Gaelzer, que trabalhava na recreação pública de Porto Alegre, em 1929 ele criou o primeiro Jardim de Praça e Jardim de Recreio”.

Frederico Gaelzer é procedente de uma camada social e economicamente dominante em Porto Alegre. Sua família possuía descendência germânica e norteamericana, o que lhe possibilitou realizar seus estudos fora do Brasil. Primeiro, fez a escola secundária na Alemanha e, posteriormente, nos Estados Unidos, cursou educação física. Durante este mesmo período teve oportunidade de trabalhar com propostas de organização de escotismo, entre outras. Suas práticas tiveram uma forte influência da Associação Cristã de Moços (ACM), na qual esteve inserido em seus anos nos Estados Unidos.

Em 1926, segundo uma apresentação feita na realização do VIII Enarel⁴ (1996), o professor Frederico Gaelzer “inicia estudos de pesquisa junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, RS, no sentido de ser feito um levantamento das áreas livres municipais, com vistas a um futuro atendimento da população em praças de educação física e esporte, para a recreação pública”.

Estes estudos e a aquiescência de José Mountaury permitiram que, ainda neste mesmo ano, Gaelzer organizasse a primeira praça de educação física e esporte para a recreação pública. Nascia a “Alto da Bronze” (hoje praça General Osório)⁵. Segundo Gaelzer (1975)

Naquele ambiente inquieto, vivo de experiências que rompiam conceitos tradicionais de ordem e de disciplinas, surgiram programas. Era um processo de viver e a qualidade das

4. Em 1996, o VIII Enarel (Encontro Nacional de Recreação e Lazer) foi realizado na cidade de Porto Alegre e a temática foi “O lazer e a recreação comunitária – Porto Alegre: 70 anos de recreação pública”. Naquela ocasião foi homenageado o professor Frederico Guilherme Gaelzer e foi feita uma mostra fotográfica referente aos 70 anos de recreação pública na cidade de Porto Alegre.

5. A Alto da Bronze foi tão marcante na relação dialógica do lazer e da recreação com a cidade de Porto Alegre que existe até hoje e já foi citada em várias passagens da história de nossa cidade. Em 1997, o Sesc realizou um evento intitulado “Até breve, Capitólio”, no qual crianças e pessoas de terceira idade reuniram-se para vivenciar dois tempos deste cinema (o de agora e o passado), que temporariamente passa por reformas e transformar-se-á num Centro de Convivência Cultural, em que foram contadas as histórias dos tempos antigos das sessões de cinema e as reuniões que aconteciam nas praças depois. Obviamente, a Alto da Bronze foi referência. Existe uma música em homenagem à Alto da Bronze, que leva seu nome, cuja letra é de Plauto Azambuja e a música de Paulo Coelho, feita em 1943, que diz assim: “Alto da Bronze, cabeça quebrada. Praça querida, sempre lembrada. A praça Onze da molecada. Praça sem banco, do rato branco e do futebol. Da garotada, endiabrada das manhãs de sol. És a eterna lembrança. Do tempo feliz em que eu era criança. Do tempo em que a vida era, na minha infância a grande quimera. Hoje eu pobre profano, me lembro de ti. E dos meus desenganos. Oh! Alto da Bronze, dos meus oito anos”.

atividades era acentuada em importância, diante de interesses de dirigentes superiores nem sempre receptivos e esclarecidos sobre o valor social do empreendimento pioneiro que se iniciava em âmbito nacional...Uma área livre. A natureza representada pelo verde de algumas árvores e ao entardecer a passarada em coro, como se tivesse aplaudindo os folguedos espontâneos das crianças e de jovens que treinavam suas habilidades, atendendo à necessidade natural de lazer. Alguns pneus usados, pendentes de galhos, começaram a transmitir um sentido de propriedade àquele recanto...

Esta praça foi criada para atender a uma necessidade da população e do ideário político-social da época, centrado na modernidade. Tinha uma proposta pedagógica muito clara, expressa nos estudos de Gaelzer (1975), quando diz que a praça possuía "...uma orientação e uma filosofia: a recreação como um direito da criança, do jovem, do adulto moço e do velho. Na primeira fase, em especial, com o objetivo pedagógico e de crescimento, na juventude e madurez, como objetivo formativo, integrador, criativo e social, na velhice, uma compensação, criando novos estímulos e oferecendo a continuidade do aperfeiçoamento individual".

Se avaliarmos esta proposta à luz dos movimentos políticos, sociais e econômicos daquele período, poderemos constatar as razões e objetivos que estão presentes.

Havia uma preocupação com a formação de um cidadão capaz de respeitar as regras sociais impostas, a formação de lideranças com fins da higienização social⁶.

Não há como negar as razões de um período, a necessidade de que toda a proposta estivesse atrelada a uma ideologia dominante. Contudo, para aquele período específico, esta proposta, apesar de trazer modelos europeus, modelos higienistas, foi um grande avanço no sentido de conscientizar a população e sensibilizar as lideranças políticas de que o espaço do não-trabalho e da recreação eram importantes na formação plena do novo cidadão. Muito embora, muitas vezes este fato sirva para a acomodação dos conflitos sociais e não necessariamente para a reflexão e superação das desigualdades e limites de uma sociedade.

Tomando as palavras de Feix (1998) veremos esta reflexão e esta avaliação. Ela afirma, quando questionada sobre "qual a vinculação que tu achas que existe entre estes acontecimentos que citaste e a definição das políticas públicas existentes hoje e existentes naquele período?"⁷:

6. A higienização social não era só de caráter corporal, como também de controle moral, de controle de delinquência e de compensação da força de trabalho. Esta perspectiva de projeto político e social, no que tange ao lazer, enquadra-se em uma concepção de lazer compensatório.
7. Anterior a esta pergunta, perguntamos sobre quais foram os acontecimentos que tinham sido importantes para o desenvolvimento e ou redimensionamento do lazer e recreação na cidade de Porto Alegre. A entrevistada então citou como fato importante a criação da Alto da Bronze e o pioneirismo do professor Frederico Gaelzer no início do século, o que parece ser consenso histórico.

Antigamente tinha mais uma concepção da biologia, do higienismo, onde a questão do corpo, a questão da defesa nacional, a história da educação física conta isso de uma origem militarista, o próprio professor Frederico Gaelzer tinha essa conotação com a questão do corpo, da mente sã e o corpo são.

Também diz que “antigamente ela tinha um caráter mais funcionalista que tinha os seus valores e a sua importância também num contexto que tinha, que existia naquela época, porque eles se preocupavam muito com a questão da organização do grupo, da organização de lideranças, da construção de profissionais nesta área tinha uma razão de ser naquele contexto”.

A partir desta experiência bem sucedida, aparelharam-se outros locais que eram compostos de canchas de esporte, recantos infantis, jardins-de-infância, bibliotecas. Estes locais foram a Praça Florida, Praça Pinheiro Machado, Praça Garibaldi, Praça José Montauray, Praça Jaime Teles.

Além deste fato marcante para o entendimento de influências no campo do lazer, naquele período podíamos acompanhar outras manifestações que, como na década anterior, seguiram a mesma lógica da distinção clara entre as classes sociais.

As elites locais, nesta ordem de convivência social, investiam na “glamourização” da cidade, freqüentando bailes e festas caridosas do Clube o Comércio, indo a sessões de cinema, divertindo-se no Jockey Club e no Yatch Club, participando da vida noturna nos cafés e nos bailes de carnaval dos clubes. Já os menos favorecidos não acompanhavam essa visão da cidade ou estes ritos sociais. De forma diferente, eles se encontravam nas rinhas de galo e nas casas de batuque – ambos proibidos pelo Estado; nos carnavais de rua; nos cafés dos subúrbios e no Mercado Público, nos botequins da Ilhota, nos banhos do Guaíba e na festa de Navegantes e do Divino Espírito Santo. Porto Alegre era glamour e boêmia enquanto vivência urbana (Pesavento, 1999, p.101).

Spaces and public leisure experiences in Porto Alegre: from the bourgeois order consolidation to the search of urban modernity

ABSTRACT: In an era of globalisation we face the challenge of keeping alive the architecture and cultural heritage as well the public access to the history of cities. This paper studies the history of spaces and public leisure experiences in Porto Alegre during two periods: 1900-1920 and 1920-1930. It considered the dialogue between primary and secondary iconography sources, although it has no intention to be a strictu sensu historiographic research. The period of 1900-1920 was of consolidation of the bourgeois order, that is, the republic installation, changes in structural, politic, economic and social order. From 1920 to 1930 the period was considered as a movement in search of urban modernity. The non-working spaces (where leisure could be possible), were heavily influenced by these changes, characterized by the influence of European models: hygienist and positivism traits. These years were also a period when the use of spaces become identified by the social class condition of people. During the last period, in 1926, it was open the first "Recreation Garden" located at the "Alto da Bronze" square under the influence of Frederico Gaelzer.

KEY-WORDS: Public policies; leisure; memory.

Espacios y vivencias públicas del tiempo libre en Porto Alegre: la consolidación de la orden burguesa hasta el movimiento de búsqueda de la modernidad urbana

RESUMEN: En tiempos de globalización enfrentamos el desafío de mantener vivos no solamente el patrimonio arquitectónico y cultural, como así también el acceso de todos a la historia de sus ciudades. Este estudio rescató la historia de los espacios y vivencias públicas del tiempo libre en Porto Alegre de 1900 a 1920 y de 1920 a 1930. Transita en un diálogo con fuentes iconográficas primarias y secundarias sin pretender ser un estudio historiográfico en su estricto sentido. El período de 1900 a 1920 fué de consolidación de la orden burguesa, o sea de la instauración de la República, de cambios en el orden estructural, político, económico y social. De 1920 a 1930 el período se caracterizó por ser un movimiento de búsqueda de la modernidad urbana. Los espacios de no trabajo (donde el tiempo libre es una de las posibilidades) tuvieron fuertes influencias por estos cambios, marcados por el modelo europeo: higienistas y positivistas. También fueron períodos donde el uso de los espacios se los llamó de manera distinta de acuerdo a la condición de clase social. En el último período, en 1926, es inaugurado el primer Jardín de Recreo, instalado en la plaza "Alto da Bronze" y promovido por Frederico Gaelzer.

PALABRAS CLAVES: Vivencias públicas; tiempo libre; memoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, D. M. Evolução urbana em Porto Alegre. In: *O continente*. Porto Alegre, [1987?].

CALVINO, Í. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FEIX, E. Entrevista concedida ao Projeto Memória do Lazer em Porto Alegre do Centro de Memória do Esporte – ESEF/UFRGS. Porto Alegre, 1998. 1 fita cassete 60 min.

GAELZER, L. *Recreação pública em Porto Alegre : evolução histórica*. Porto Alegre: DGR/ESEF-UFRGS, 1975.

PESAVENTO, S. J. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.